

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário Central

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

.....

Diário Goiás em Destaque

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

.....

Jornal Diário de Goiás

Pedro Sales apresenta modelo de gestão compartilhada de obras do Fundeinfra na Alego

.....

Jornal Dito e Feito

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

.....

Portal Mais Goiás

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

.....

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal n° 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as

obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

AGILIDADE

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos são garantidas pelo Marco Regulatório das OSC; construção e recuperação de mais de 700 km de rodovias vão impulsionar desenvolvimento de Goiás

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.



PRIMEIRAS OBRAS CONTRATADAS EM NOVO MODELO

Rodovia	Trecho	Valor	Extensão em KM
GO-050	Trecho que liga Jataí a Montividiu	R$ 103 milhões	49,4 km
GO-139	Trecho que liga Silvânia ao Lago de Corumbá IV	R$ 117,1 milhões	58 km
GO-147	De Bela Vista ao entroncamento da GO-010	R$ 95,9 milhões	48 km
GO-178	De Itarumã ao trevo da BR-364	R$ 173,7 milhões	86 km
GO-180	Do entroncamento com a GO-467 a GO-306	R$ 81,9 milhões	41 km
GO-206	Do entroncamento da GO-178 a GO-184	R$ 135,8 milhões	68 km
GO-206	De Chapadão do Céu à divisa com o estado do Mato G. do Sul	R$ 19,9 milhões	10 km
GO-220	Do trevo da GO-341 à Perolândia	R$ 91,9 milhões	46 km
GO-341	Do Trevo da GO-465 e BR-158, entre Mineiros e Caiapônia	R$ 129,8 milhões	65 km
GO-411	Do entroncamento da GO-050 à GO-174	R$ 141,8 milhões	71 km
GO-433	Entre Ouro Verde e Souzânia	R$ 31,9 milhões	16 km
GO-435	Do entroncamento da BR-414 ao entroncamento da GO-178	R$ 36,3 milhões	18 km
GO-439	Entre Hidrolin e Pilar de Goiás	R$ 29,9 milhões	15 km
GO-440	Entre Santo Antônio do Rio Verde e a divisa com Minas Gerais	R$ 64,5 milhões	32,3 km
GO-455	Do entroncamento com a BR-153 à Colinaçu	R$ 62,5 milhões	29 km
GO-461	Do trevo Rio Matrinchã à GO-221 em Doverlândia	R$ 105,8 milhões	53 km
GO-466	De Nerópolis a Terezópolis de Goiás	R$ 25,9 milhões	13 km
GO-470	Do Entroncamento da GO-147 à BR-153	R$ 41,9 milhões	21 km

Investimento total R$ 1,490 bilhão | **739 quilômetros de novas rodovias**

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Especial

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal n° 13-019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para 0 Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com 0 novo formato, 0 Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de RS 1,49 bilhão, impulsionando 0 desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.

Acompanhamento doTCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, oTCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato 'representa um instrumento jurídico legitimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais''e afirma ainda que' o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adiai, Facieg, Faeg, FCDL Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

AGILIDADE

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos são garantidas pelo Marco Regulatório das OSC; construção e recuperação de mais de 700 km de rodovias vão impulsionar desenvolvimento de Goiás

Especial

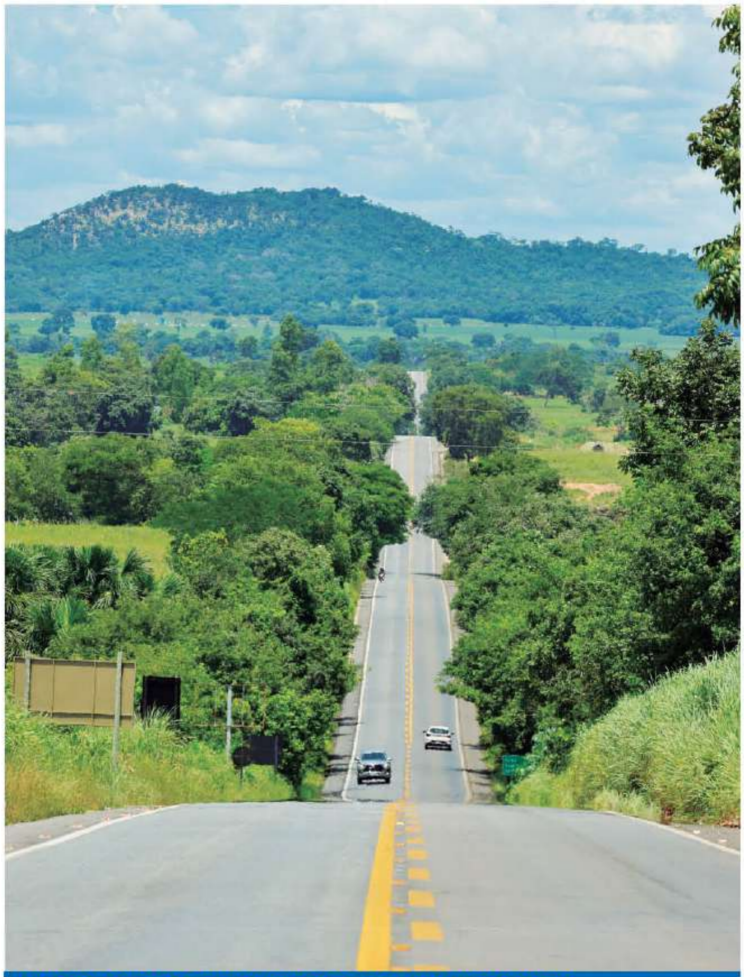
Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.



PRIMEIRAS OBRAS CONTRATADAS EM NOVO MODELO

Rodovia	Trecho	Valor	Extensão em KM
GO-050	Trecho que liga Jataí a Montividiu	R$ 103 milhões	49,4 km
GO-139	Trecho que liga Silvânia ao Lago de Corumbá IV	R$ 117,1 milhões	58 km
GO-147	De Bela Vista ao entroncamento da GO-010	R$ 95,9 milhões	48 km
GO-178	De Itarumã ao trevo da BR-364	R$ 173,7 milhões	86 km
GO-180	Do entroncamento com a GO-467 a GO-306	R$ 81,9 milhões	41 km
GO-206	Do entroncamento da GO-178 a GO-184	R$ 135,8 milhões	68 km
GO-206	De Chapadão do Céu à divisa com o estado do Mato G. do Sul	R$ 19,9 milhões	10 km
GO-220	Do trevo da GO-341 à Perolândia	R$ 91,9 milhões	46 km
GO-341	Do Trevo da GO-465 e BR-158, entre Mineiros e Caiapônia	R$ 129,8 milhões	65 km
GO-411	Do entroncamento da GO-050 à GO-174	R$ 141,8 milhões	71 km
GO-433	Entre Ouro Verde e Souzânia	R$ 31,9 milhões	16 km
GO-435	Do entroncamento da BR-414 ao entroncamento da GO-178	R$ 36,3 milhões	18 km
GO-439	Entre Hidrolin e Pilar de Goiás	R$ 29,9 milhões	15 km
GO-440	Entre Santo Antônio do Rio Verde e a divisa com Minas Gerais	R$ 64,5 milhões	32,3 km
GO-455	Do entroncamento com a BR-153 à Colinaçu	R$ 62,5 milhões	29 km
GO-461	Do trevo Rio Matrinchã à GO-221 em Doverlândia	R$ 105,8 milhões	53 km
GO-466	De Nerópolis a Terezópolis de Goiás	R$ 25,9 milhões	13 km
GO-470	Do Entroncamento da GO-147 à BR-153	R$ 41,9 milhões	21 km

Investimento total R$ 1,490 bilhão | **739 quilômetros de novas rodovias**

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Pedro Sales apresenta modelo de gestão compartilhada de obras do Fundeinfra na Alego

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, apresentou o modelo de gestão compartilhada de obras do Fundeinfra à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (18). O novo modelo de contratação dá ao Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag) a condição para executar as obras do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), em uma gestão compartilhada com a Goinfra e sob a fiscalização dos órgãos de controle.

Sales demonstrou como o modelo de contratação, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), irá desburocratizar contratações e acelerar a execução da carteira de obras do Fundeinfra. O novo modelo de contratação foi bem recebido pelos parlamentares durante a audiência.

"É um modelo corajoso, produzido para colocar Goiás na vanguarda do desenvolvimento. Vamos puxar o desenvolvimento para frente, de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", defendeu Pedro Sales. Ao consolidar parcerias com OSC, o Estado irá reduzir os prazos de contratações de quase um ano para 30 dias.

Tramitação na Alego

O projeto encontra-se em tramitação na Comissão Mista da Casa, onde recebeu pedidos de vista de parlamentares ao ser colocada em apreciação na última quinta-feira (13). Nesta quarta (19), a proposta de gestão compartilhada de obras foi bem recebida pela maioria dos parlamentares.

Para o deputado Wagner Neto, o novo modelo proposto pelo Governo de Goiás é importante para o desenvolvimento do Estado, que "dará um salto com essa aprovação". "Vem para desburocratizar e é salutar. Se ficarmos na morosidade que é a licitação, vamos demorar mais", disse.

O deputado Lincoln Tejota destacou que a inovação faz parte do processo legislativo. "Novas leis surgem de iniciativas como essa, que trazem segurança e agilidade para a administração pública. O poder público precisa se modernizar para atender à população no tempo que as pessoas precisam", declarou Tejota.

Lucas Calil também apontou apoio ao projeto. "Dou meu apoio integral à iniciativa. Esses avanços simbolizam muito e precisamos aprovar logo essa matéria para colocar mais chão preto (asfalto) nas rodovias", reforçou o deputado.

Chamamento público de OSCs

Em paralelo à PL em tramitação na Assembleia, a Goinfra abriu um chamamento público, de abrangência nacional, para entidades que se interessem em se qualificar como Organizações de Sociedade Civil (OSCs) e pleiteiem adesão ao molde. "Apresentamos o Ifag porque é uma entidade que declarou o interesse em assumir obras. Por outro lado, precisamos que outras se apresentem para fomentar nosso plano para 2025", explicou Pedro Sales.

No total, a carteira do Fundeinfra dispõe de 50 obras já aprovadas pelo Conselho Gestor do fundo. Desse número, mais de 20 já estão em estágios avançados de execução ou contratação pela Goinfra. De acordo com Sales, o novo modelo dará celeridade às obras.

"Esse novo modelo de gestão nos dá a possibilidade de ganhar tempo para realizar o máximo de obras com menor prazo, mantendo o rigor na contratação das empresas proponentes e com total fiscalização do Estado na aplicação dos recursos. É um processo que prevê critérios objetivos, realizado de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", ressaltou o presidente da Goinfra.

Regulamentação Legal

Questionado sobre as bases legais da propositura, Pedro Sales ressaltou que o projeto em tramitação na Alego é fundamentado na lei federal 13.019/14. A legislação estabelece o regime jurídico de parcerias entre administrações públicas e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como determina a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou o projeto. Para o órgão, a medida se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente, com inspiração no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil. O presidente da Goinfra informou que já existe um diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas do Ministério Público a respeito das bases jurídicas da medida.

"Temos aprovado pela procuradoria e controladoria um processo seletivo simplificado onde empresas participam com atestação de qualificação, experiência, saúde financeira. Então, não há direcionamento de empresas. Sobressai aquela que tiver os melhores números e comprovações necessárias", explicou.

Presidente da Goinfra defende na Assembleia gestão compartilhada de obras do Fundeinfra

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, apresentou o modelo de gestão compartilhada de obras de infraestrutura durante audiência pública realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nesta terça-feira (18/03). O novo modelo de contratação foi bem recebido pelos parlamentares durante a audiência.

Na agenda, que debateu a formalização de parceria entre Estado e o terceiro setor, Sales demonstrou como o modelo de contratação - baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) - irá desburocratizar contratações e acelerar a execução da carteira de obras do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra).

Atualmente, a casa legislativa analisa e deve votar nos próximos dias o projeto de lei 165/25, que prevê a celebração de parceria entre o Estado e o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), representante do terceiro setor. O dispositivo dá à entidade a condição para executar as obras do Fundeinfra, em uma gestão compartilhada com a Goinfra e sob a fiscalização dos órgãos de controle.

"É um modelo corajoso, produzido para colocar Goiás na vanguarda do desenvolvimento. Vamos puxar o desenvolvimento para frente, de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", defendeu Pedro Sales. Ao consolidar parcerias com OSC, o Estado irá reduzir os prazos de contratações de quase um ano para 30 dias.

Apoio parlamentar

A proposta de gestão compartilhada de obras foi bem recebida pela maioria dos parlamentares. "Esse projeto foi concebido sob a luz de uma lei federal, o que nos dá segurança de aprovar com arcabouço jurídico. É um avanço no que se refere à celeridade e à eliminação da burocracia", pontuou o deputado estadual Issy Quinan.

Para o deputado Wagner Neto, o novo modelo proposto pelo Governo de Goiás é importante para o desenvolvimento do Estado, que "dará um salto com essa aprovação". "Vem para desburocratizar e é salutar. Se ficarmos na morosidade que é a licitação, vamos demorar mais", disse.

O deputado Lincoln Tejota destaca que a inovação faz parte do processo legislativo. "Novas leis surgem de iniciativas como essa, que trazem segurança e agilidade para a administração pública. O poder público precisa se modernizar para atender à população no tempo que as pessoas precisam", declarou Tejota. "Dou meu apoio integral à iniciativa. Esses avanços simbolizam muito e precisamos aprovar logo essa matéria para colocar mais chão preto (asfalto) nas rodovias", reforçou Lucas Calil.

Chamamento público

Em paralelo à PL em tramitação na Assembleia, a Goinfra abriu um chamamento público, de abrangência nacional, para entidades que se interessem em se qualificar como Organizações de Sociedade Civil (OSCs) e pleiteiem adesão ao molde. "Apresentamos o Ifag porque é uma entidade que declarou o interesse em assumir obras. Por outro lado, precisamos que outras se apresentem para fomentar nosso plano para 2025", continuou o presidente.

No total, a carteira do Fundeinfra dispõe de 50 obras já aprovadas pelo Conselho Gestor do fundo. Desse número, mais de 20 já estão em estágios avançados de execução ou contratação pela Goinfra. "Esse novo modelo de gestão nos dá a possibilidade de ganhar tempo para realizar o máximo de obras com menor prazo, mantendo o rigor na contratação das empresas proponentes e com total fiscalização do Estado na aplicação dos recursos. É um processo que prevê critérios objetivos, realizado de forma íntegra e à luz das legislações e órgãos de controle", ressaltou o presidente aos deputados.

Questionado por parlamentares sobre as bases legais da propositura, Pedro Sales ressaltou que o projeto em tramitação na Alego é fundamentado na lei federal 13.019/14. A legislação estabelece o regime jurídico de parcerias entre administrações públicas e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, bem como determina a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou o projeto. Para o órgão, a medida se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente, com inspiração no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil. O presidente da Goinfra informou que já existe um diálogo com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas do Ministério Público a respeito das bases jurídicas da medida.

"Temos aprovado pela procuradoria e controladoria um processo seletivo simplificado onde empresas participam com atestação de qualificação, experiência, saúde financeira. Então, não há direcionamento de empresas. Sobressai aquela que tiver os melhores números e comprovações necessárias", explicou Pedro Sales. "Estabelecemos espaço para a disputa de obras com base em dados objetivos, com critérios prévios e publicados."

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as

obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.